



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

Mudanças culturais: a produção de novas identidades

António Custódio Gonçalves

O objectivo deste trabalho é apresentar, fundamentar e discutir três eixos de leitura da realidade, de observação e de análise que definem as mudanças culturais, associadas a algumas utopias erráticas, no Estado-Providência; não se trata de preconizar soluções técnicas ou o desenvolvimento de políticas sociais, embora entenda que o conhecimento e a análise sociológica das tendências das nossas sociedades possam preparar e permitir intervenções e acções. Pretende-se apenas uma reflexão crítica, para posterior análise e discussão, sobre dinâmicas de produção de três novas identidades: 1) a construção da democracia e rupturas nas instituições do Estado voluntarista, protector e assistencial; 2) a reconstrução de uma “cidadania” e a problemática da exclusão social; 3) os novos paradigmas do desenvolvimento integrado: reemergência da tradição e da modernidade.

1. O primeiro eixo fundamental que define as mudanças culturais refere-se à crise do Estado voluntarista, protector ou, como refere Pierre Rosanvallon, “assistencial”,^[1] que se institucionalizou, sob as mais diversas formas, nos países liberais mais avançados, nos nacionalismos pós-coloniais ou nos Estados tradicionalistas autoritários, fascistas ou imperialistas, substituindo-se aos movimentos sociais, políticos e ideológicos de contestação ou de revolução. A desarticulação do Estado voluntarista e mobilizador, porém, não deu lugar à construção de um outro modelo de sociedade. A desintegração de controlos políticos, ideológicos e legais dualiza-se. As oposições actuais já não são tanto de natureza ideológica, mas de natureza cultural; assiste-se hoje à decomposição de três conceitos-chave tradicionais, que dominaram as relações internacionais modernas: a soberania, a territorialidade e a segurança. Na medida em que o nacionalismo se enfraquece a favor da afirmação e confirmação de micro-comunidades e de solidariedades macro-sociais, sob a forma de identidades comunitárias (de tipo religioso, étnico ou regionalista, entre outras), a ordem internacional

entra em crise.^[2] As instituições tradicionais e os sistemas de controlo político, social, cultural, legal e os sistemas de reprodução, do “social control” desintegram-se, reintegradas, sob as formas mais diversas e contraditórias do individualismo e do cidadão definido como indivíduo, independentemente das suas pertenças sociais e culturais tradicionais, em sociedades de produção e de transformação e de mudança constante, que se não estabilizam numa ordem social institucionalizada. Esta situação induz um progressivo estado de anomia, ou seja a decomposição dos sistemas de normas e o desenraizamento do indivíduo, já não controlado pelas mesmas; desenvolvem-se reacções defensivas que não são homogêneas e que implicam um desequilíbrio permanente entre o apelo

ao progresso e o apelo à tradição.^[3] O equilíbrio político entre o progresso e a tradição, entre a atribuição (o “ser”) e a realização (o “fazer”) sofreu rupturas. São cada vez mais nítidas as fracturas entre a “ascription” e o “achievement”, entre a identidade particular e a solidariedade colectiva e universalista. A nossa sociedade contemporânea é uma sociedade do “fazer”, da acção, mas, também é uma sociedade caracterizada pelo retorno do ser, da identidade nacional, étnica, religiosa, local, familiar... Assiste-se hoje, cada vez mais, a uma dissociação entre as pessoas que vivem na mudança e na mundialização do mercado e, por outro lado, as pessoas que vivem na identidade, por vezes agressiva, numa cultura individual ou colectiva. São fenómenos disfuncionais e reversíveis da progressão da irracionalidade e da proliferação dos nacionalismos, dos integristas, das xenofobias e dos racismos que A. Touraine classificou como “uma doença social da modernidade”.^[4] Estes últimos constituem fenómenos de ruptura na sociedade moderna das “relações de hierarquia e de

distância social tradicional, sem no entanto assegurar a integração de todos numa cultura universalista, deveras afastada da realidade dos estados nacionais”.^[5] São disfunções e reversibilidades nos fenómenos de identidade e de alteridade social, em que “a diferença não é inteiramente transformada em desigualdade e em que uma parte é transformada em exclusão, em nome do carácter inassimilável de certos comportamentos culturais”.^[6] Esta mesma lógica está subjacente aos fenómenos de imigração que caracterizam populações integradas socialmente e economicamente pelo emprego, mas não assimiladas culturalmente.

2. O segundo eixo fundamental das mudanças culturais refere-se à “cidadania” associada à democracia, entendida como liberdade negativa, na expressão de Popper, a qual impede a anti-liberdade ou os regimes totalitários; democracia e “cidadania” que consistem no reconhecimento da alteridade numa comunidade de leis e de orientações culturais e também no reconhecimento da diferença e da identidade. Esta “cidadania” está associada à emergência de novos conflitos da vida colectiva. Cada cidadão, individual e colectivamente, procura dar um sentido à sua vida e fazer com que cada acto tenha um significado pela referência à construção do sentido global da vida individual. Os conflitos já não se localizam à volta da propriedade dos meios de produção, mas à volta da apropriação dos bens de consumo e de comunicação. A comunicação e o mercado aparecem como os dois novos paradigmas que estruturam a maneira de pensar, de ser e de fazer. O indivíduo realiza-se plenamente na medida em que vai ao encontro da oferta e da procura, que se exprimem no mercado. As “leis do mercado” sucedem às “leis da natureza ou da história”, como explicação geral do movimento das sociedades.

Para enfrentar esta nova conflitualidade social e esta crise de ininteligibilidade ou, na expressão de Max Weber, o “desencanto do mundo”, com o desaparecimento de certezas e ausência ou enfraquecimento de projecto colectivo, parece-me necessário que cada um tenha a capacidade de construir a sua própria experiência individual, associando a referência à identidade colectiva e à formação de projectos individuais. O lugar de conflitos, que é também o lugar de soluções e de processos de institucionalização, do “reencanto do mundo” é cada vez mais o indivíduo colocado em situações particulares: o indivíduo como cidadão activo, e não como sujeito “assistido” passivo.

Como refere Pierre Rosanvallon, “a máquina social está engripada”.^[7]

As diferentes formas de confusão social e de exclusão social estão ligadas a trajectórias de rupturas sociais, familiares ou profissionais prevalentemente homogéneas de auto ou de hetero-exclusão, induzidas pelas dificuldades de apropriação do modelo dominante, associado a grandes transformações tecnológicas, a desordens económicas e a perigos ecológicos, evidenciando

as contradições da sociedade liberal.^[8] As dificuldades de representação e de mobilização dos excluídos estão associadas a esta situação de “negação”, de constituição de uma “não-classe” ou de uma não-força social capaz de ser mobilizada para projectos alternativos ou novas formas sociais, no sentido em que são os próprios excluídos que se definem geralmente e globalmente pela negatividade da sua existência. Um exemplo elucidativo: aos excluídos tradicionais, vítimas da marginalização e da explosão das desigualdades induzidas pelo sistema produtivo e pelo modelo cultural dominante, juntam-se os novos excluídos, vítimas de uma representação mimética de modernidade construída pela transposição de modelos e de técnicas modernas. São as novas formas de pobreza e de exclusão, a crise do valor-trabalho, o desemprego, o analfabetismo, o mal-estar e as disfunções do poder. Esta situação configura, uma vez mais, os processos de dualização da economia e da sociedade, da individualização e da socialização, da organização de solidariedades parciais onde predomina o desenvolvimento de uma ideologia igualitária e a multiplicação de bens individualmente apropriáveis.

3. Esta dualização constitui o ponto fulcral do terceiro eixo da nossa análise: a procura de novos paradigmas do desenvolvimento integrado e da “nova questão social” inscreve-se nos desafios prioritários de hoje. O desenvolvimento não consiste apenas numa soma de realizações materiais, mas é um processo social através do qual os indivíduos aperfeiçoam progressivamente as suas capacidades para produzirem níveis mais elevados de progresso material, social e cultural. Importa, assim, acentuar o papel dinâmico da informação, das atitudes, das instituições sociais e dos valores culturais no processo de desenvolvimento. Nesta perspectiva, uma sobrevalorização do economicismo e da competitividade como ideologias podem agravar ainda mais as assimetrias e as exclusões. Penso que o desenvolvimento, no sentido forte do conceito, deve ter uma finalidade social justificada pelo postulado ético da solidariedade, pelo papel instrumental do princípio da eficácia económica e pelo respeito da tradição e dos modelos culturais, ou pelas novas funções do Estado “promotor e regulador”, do Estado que promove a participação na democracia e a cidadania.

O respeito dos direitos políticos não basta para definir uma democracia e uma cidadania no sentido forte. O exercício efectivo de todos os direitos políticos, cívicos, sociais, culturais e económicos deve estender-se a todos os indivíduos e, em particular, aos excluídos, valorizando os processos de interacção social e da conjugação da integração e da participação e promovendo a individuação da vida social com imposições alargadas de interdependência e de socialização. A crise das formas imperialistas do Estado induz a transformação das relações internas entre as instituições do Estado e as minorias sociais, étnicas, religiosas ou linguísticas. A crise do Estado “assistencial” sucedem as novas dinâmicas de um Estado-providência activo, ligado ao desenvolvimento da

cidadania social.^[9] Importa, por isso, reinventar formas de solidariedade, o que parece indissociável de práticas mais activas da democracia e duma ideia renovada da nação. Parece-me serem estes alguns dos novos desafios às “novas questões sociais”.

[1] Veja-se o seu excelente livro *La Nouvelle question sociale. Repenser l'État-providence*, Paris, seuil, 1995, p. 27-33.

[2] É significativa, a este propósito, a análise penetrante de Bertrand Badie, *Nouvel Ordre ou Nouveau Désordre Mondial*, Cercle Condorcet, Les Points de vue, nº 13, Paris, nov.1994.

[3] Philippe Poutignat e J. Stein-Fenard, *Théories de l'ethnicité*, Paris, PUF, 1995; Henri Giordan (dir), *Les Minorités en Europe: droits linguistiques et Droits de l'Homme*, Paris, Kimé, 1992; André-Louis Sanguin (dir), *Les Minorités ethniques en Europe*, Paris, L'Harmattan, 1993.

[4] Alain Touraine, "O racismo hoje", in Michel Wieviorka (dir), *Racismo e Modernidade*, Bertrand, 1995, p- 29.

[5] *Idem, ibidem.*

[6] *Idem, ibidem.*

[7] Pierre Rosanvallon, *op. cit.*, p. 197.

[8] Jean Rémy e Liliane Voyé, *Ville, ordre et violence*, Paris, PUF, 1981, p. 35.

[9] Jean-Baptiste de Foucauld e Denis Piveteau, *Une Société en quête de sens*, Paris, Odile jacob, 1995, pp. 261-283.